

56º Painel TELEBRASIL – Abertura 29/08

Pronunciamento do presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), Antonio Carlos Valente

Recentemente o Brasil tem se debruçado sobre a relevante discussão de como acelerar investimentos em setores de infraestrutura que hoje representam gargalos ao desenvolvimento econômico e social. Reconhecemos os esforços do governo para desatar nós que impedem a expansão de aeroportos, ferrovias, estradas e portos do nosso País. O setor de energia também tem sido objeto de ações proativas que buscam reduzir os custos para o setor produtivo. Todas as medidas são dignas de aplauso e mostram a correta percepção de que infraestrutura que suporta os serviços é a chave para o desenvolvimento, redução das desigualdades, geração de empregos e crescimento econômico de uma Nação.

O setor de telecomunicações, nos últimos 14 anos, investiu R\$ 260 bilhões, em recursos exclusivamente privados, numa infraestrutura que hoje permite ao País ter mais de 333 milhões de acessos de telecomunicações, em todos os serviços. Ultrapassamos 256 milhões de celulares, fecharemos este mês com mais de 80 milhões de acessos à internet em banda larga fixa e móvel, já temos mais de 43 milhões telefones fixos, quase 15 milhões de domicílios com TV por assinatura, centenas de milhares de quilômetros de cabos de fibras ópticas e mais de 30 satélites operando no Brasil. Isso sem falar nos serviços

inovadores, convergentes e absolutamente indispensáveis que trafegam por toda essa infraestrutura, cada vez mais demandados pelo consumidor brasileiro.

Nos últimos anos, temos levado ao governo propostas no sentido de criar incentivos que produzam um desenvolvimento ainda mais acelerado da infraestrutura e, sobretudo, uma adoção ainda mais massificada dos serviços que entregamos.

Podemos dizer com alegria que este ano já temos algumas conquistas nesse sentido a comemorar. A MP 563/2011, que instituiu parte do Plano Brasil Maior, trouxe medidas concretas para intensificar os investimentos em redes e em novas aplicações de telecomunicações, desonerar a indústria e criar novos mecanismos de implantação de políticas públicas. Uma das novas aplicações que se destacam com os incentivos da MP é o mercado de comunicação máquina-máquina, conhecido como M2M, que permitirá dotar equipamentos do nosso dia-a-dia com conectividade e interatividade. Aguardamos ansiosamente a sanção presidencial do texto aprovado e aplaudimos a iniciativa do Executivo e o trabalho do Legislativo, que ouviu o setor de Telecomunicações e aprimorou a proposta apresentada originalmente.

Outro fator a ser comemorado é a nova lei do Serviço de Acesso Condicionado, a Lei 12.485/2011. Aprovado e sancionado no ano passado e agora plenamente regulamentado, esse novo marco legal será a referência para o desenvolvimento de serviços mais convergentes por parte das empresas de telecomunicações e para o desenvolvimento do audiovisual e do conteúdo brasileiro nas atuais e nas futuras plataformas de entrega de vídeo.

Também apoiamos a decisão já anunciada pelo governo de promover em 2013 a licitação de licenças para o uso da frequência de 700 MHz para serviços móveis, especialmente os de banda larga, começando pelos locais onde essa faixa não está sendo utilizada.

As prestadoras também contribuíram com a sociedade na implantação do Plano Nacional de Banda Larga, com ofertas de conexão à internet rápida a preços acessíveis a toda a população. Também atendemos à convocação para dotar mais de 61 mil escolas públicas urbanas com banda larga gratuita. E agora estamos prontos para oferecer à população um serviço de internet que seguirá rígidos parâmetros de qualidade, com um sistema de monitoramento permanente do desempenho das redes.

As telecomunicações nunca foram tão relevantes no desenvolvimento do País como agora. É por meio de celulares, redes de banda larga, de fibra óptica e satélites que pessoas e empresas se comunicam, se informam, desenvolvem novas formas de se relacionar e conviver. Toda essa tecnologia e infraestrutura é parte tão relevante de nossas vidas que até mesmo nos esquecemos de que é preciso uma imensa, complexa e onipresente infraestrutura fazendo tudo isso funcionar, 24 horas por dia.

Sabemos dos problemas e dificuldades que enfrentamos e temos consciência da importância de melhor atender os nossos milhões de clientes, com oferta e entrega de serviços que satisfaçam as mais variadas demandas e perfis de consumo. Trabalhar para que os serviços e as redes de telecomunicações sejam entregues com a qualidade demandada e a preços justos é a nossa missão cotidiana.

Não é tarefa simples e requer investimentos cada vez mais volumosos. Nada disso, no entanto, é um problema. Pelo contrário, se apresenta como um desafio e é um objetivo que nos estimula continuamente. Mas precisamos estar sempre atentos às limitações que muitas vezes impedem o desenvolvimento das telecomunicações como gostaríamos. E não podemos deixar de considerar que, apesar de os índices estatísticos de questionamentos serem muito pequenos, esses se tornam volumosos se aplicados aos mais de 330 milhões de usuários dos serviços de telecomunicações, que superam em muito o número total de brasileiros.

O Brasil desenvolveu um modelo de regulação sadio tanto para o investimento quanto para a defesa dos interesses do consumidor. A Anatel é um dos pilares deste modelo atual e deve ser valorizada. Mas a agência precisa estar sempre atenta ao delicado equilíbrio entre o excesso de regulação e a atração de investimentos. Precisa estar sempre atenta ao princípio fundamental das regras claras, previsíveis e pré-estabelecidas, elaboradas com base em critérios objetivos. Precisa trabalhar para assegurar os melhores serviços a preços razoáveis ao consumidor, incentivando o investimento, o desenvolvimento de redes e a inovação.

Temos ainda um grande desafio a vencer para acelerar a massificação da infraestrutura de telecomunicações. Hoje, um grande conjunto de leis colocam limites excessivos à instalação e licenciamento de antenas de celular. E sem antenas, simplesmente o serviço não funcionará adequadamente. Destacamos um exemplo recente, muito positivo, da cidade de Olinda, que trabalhou a sua legislação local preocupada em garantir a harmonia e

integridade do espaço urbano e ao mesmo tempo assegurar uma boa oferta de serviços celulares à sociedade. Trata-se de uma cidade com um patrimônio arquitetônico tombado em quase sua totalidade. Apoiamos as iniciativas do Congresso Brasileiro e do Executivo no sentido de dar ao País uma legislação nacional para essa questão das antenas e da infraestrutura urbana, que estimule a expansão dos serviços.

Com a quarta geração da telefonia móvel, vamos precisar de um número ainda maior de antenas. Temos prazos curtos para atender as primeiras demandas, que preveem a operação, já em abril de 2013, nas cidades-sede da Copa das Confederações e em dezembro do próximo ano nas doze capitais que sediarão a Copa do Mundo. A Rio+20 serviu de exemplo de parceria de sucesso entre prestadoras e autoridades públicas, quando as empresas tiveram autorização provisória para expandir suas redes e receber, com qualidade, milhares de visitantes estrangeiros. Estamos preparados para essas novas demandas e queremos fazer essa expansão de maneira a incrementar o compartilhamento de redes e reduzir o impacto urbanístico.

Outro ponto que desperta preocupações em relação à aceleração dos investimentos do setor é o Marco Civil da Internet, que está sendo debatido, no momento, no Congresso Nacional. É uma iniciativa importante, mas que pode trazer riscos importantes para a sociedade. Ao estabelecer o princípio da neutralidade das redes de forma irrestrita, a proposta pode impedir a capacidade das empresas que atuam no universo da Internet de inovarem em seus modelos de negócio e serviços.

É importante frisar que a neutralidade da rede, razão de preocupação de alguns setores, sempre será assegurada, como é hoje, com pleno acesso de todos os provedores de conteúdo e aplicações, desde que eles não deteriorem a qualidade dos serviços ou infrinjam as leis do País. Mas não podemos tratar como igual aquilo que é por natureza desigual. Pela natureza das redes, alguns serviços demandam muito mais capacidade do que outros, e colocar todos no mesmo patamar pode significar prejuízo de muitos em função do privilégio de alguns.

O modelo que acreditamos é tão simples como o modelo dos Correios, das companhias aéreas, do transporte de cargas, do setor automotivo e de tantos outros, e se fundamenta no princípio de que aplicações e usuários que demandem recursos especiais de rede não devem produzir a socialização dos custos gerados por esse privilégio. Em síntese, é muito importante que não se confunda os princípios que acreditamos com prejuízos à neutralidade e à liberdade de acesso a qualquer rede.

A despeito dos esforços recentes do Governo Federal, na esfera estadual, ainda se onera demasiadamente os serviços de telecomunicações, especialmente com a cobrança do ICMS, que impede o consumidor de ter um serviço de telecomunicações a preços mais razoáveis. Só no primeiro semestre deste ano, considerando todos os tributos recolhidos sobre os serviços de telecomunicações, os usuários pagaram por hora R\$ 6,8 milhões em impostos, que somaram de janeiro a junho cerca de R\$ 30 bilhões. Isso sem contar os fundos setoriais, para os quais só neste ano recolhemos mais de R\$ 4 bilhões.

O setor cria também condições para oferecer formação e qualificação de trabalhadores em telecomunicações, que contribuirão para ampliar a produtividade e a competitividade do País, não só na linha de frente de operação, mas também nos setores de produção e inovação tecnológica, pensando num Brasil inserido na moderna sociedade do conhecimento. Assinaremos, em breve, uma parceria com o Ministério do Trabalho para a formação de trabalhadores em telecomunicações, que esperamos seja o primeiro de muitos projetos.

Tenham a certeza de que a despeito dos desafios aqui colocados e que o Brasil ainda precisa vencer, o setor de telecomunicações, a indústria, prestadores de serviços, fabricantes, centros de pesquisas, centrais de atendimento e milhares de profissionais que compõem essa cadeia produtiva continuarão atuando firmemente no sentido de dar aos cidadãos brasileiros serviços modernos e confiáveis de banda larga, voz e vídeo, com a mobilidade e a conectividade chegando cada vez mais longe, às áreas rurais e regiões mais necessitadas. Essa é a nossa contribuição para o esforço de dotar o País de uma estrutura de telecomunicações renovada e que seja o caminho para o desenvolvimento, fim da miséria, redução das desigualdades e crescimento econômico.